

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE
NEGÓCIOS FINANCEIROS**

Alessandro Eduardo Santos

**FUNDAMENTOS CONTÁBEIS DE CUSTOS E SUA
APLICABILIDADE NA ATIVIDADE BANCÁRIA: ENFOQUE NA
TECNOLOGIA E LUCRATIVIDADE**

Porto Alegre

2011

Alessandro Eduardo Santos

**FUNDAMENTOS CONTÁBEIS DE CUSTOS E SUA
APLICABILIDADE NA ATIVIDADE BANCÁRIA: ENFOQUE NA
TECNOLOGIA E LUCRATIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Professor Orientador: Marcelo Perlin

Tutor Orientador: Janine de Souza Gonçalves

Porto Alegre

2011

Alessandro Eduardo Santos

**FUNDAMENTOS CONTÁBEIS DE CUSTOS E SUA
APLICABILIDADE NA ATIVIDADE BANCÁRIA: ENFOQUE NA
TECNOLOGIA E LUCRATIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof.

RESUMO

A atividade bancária, sendo uma intermediadora da distribuição das riquezas entre a população, sempre teve foco na gestão eficiente de seus recursos. O fato de ser uma atividade de intermediação, tendo como lucro a remuneração por esse trabalho, sempre exigiu dessas instituições um controle apurado de seus custos e de sua solidez. Esse tema, de grande importância na sociedade, é o objeto breve desse estudo. Partindo da fundamentação teórica-contábil, analisa-se os números obtidos pelas instituições financeiras e seu *modus operandi* nas décadas recentes. A contínua busca por maior lucratividade fez com que os esforços das instituições financeiras no Brasil se concentrassem na gestão de seus recursos tecnológicos, de forma a maximizar o ganho em escala. Com a análise dos dados a partir de 2000 é possível obter uma visão geral do espetacular resultado alcançado. Esses dados foram obtidos de números oficiais de órgãos do Brasil, tendo como base a pesquisa estatística. A análise também contempla os aspectos de eficiência em relação à cobertura da folha de pagamento do funcionalismo apenas com as tarifas arrecadadas.

Palavras-chave: Custos, gestão, lucratividade.

Lista de Figuras

Figura 1 – Composição do SFN.....	21
Figura 2 – Cronologia da Automação Bancária.....	28
Figura 3 – Evolução do Crédito em Circulação.....	30
Figura 4 – Market-share do crédito bancário no Brasil.....	32

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Pontos de Atendimento Bancário no Brasil.....	23
Tabela 2 – Pontos de Atendimento por Instituição.....	24
Tabela 3 – Participação por Segmento do Mercado Bancário.....	25
Tabela 4 – Quadro evolutivo dos investimentos em TI.....	29
Tabela 5 – Maiores Lucros Bancários em 2002.....	33
Tabela 6 – Maiores Lucros Bancários.....	34

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
OBJETIVOS.....	10
Objetivo Geral.....	10
Objetivos Específicos.....	10
JUSTIFICATIVA.....	11
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	11
CONTABILIDADE.....	12
PANORAMA HISTÓRICO.....	13
A CONTABILIDADE NO BRASIL.....	15
OBJETIVOS DA CONTABILIDADE.....	15
CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	16
Custos definidos em Relação ao Comportamento – Fixos e Variáveis.....	17
CONTABILIDADE BANCÁRIA.....	17
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	19
PANORAMA DOS BANCOS DESDE O PLANO REAL (1994).....	21
Ampliação Da Rede De Atendimento.....	23
Participação Dentro Do SFN.....	24
SISTEMA BANCÁRIO: DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS.....	26
AUTOMAÇÃO BANCÁRIA.....	26
EFICIÊNCIA OPERACIONAL.....	29
COBERTURA DE DESPESAS DE PESSOAL E ADMINISTRATIVAS.....	32
LUCRATIVIDADE BANCÁRIA NO BRASIL.....	33
CONCLUSÕES.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Há muitos anos, especialmente a partir dos anos 80, vem se divulgando a chamada “era da informação”, na qual a revolução tecnológica proporcionada pelo avanço da computação tem trazido à sociedade como um todo mudanças significativas em todas as áreas de conhecimento. Novas formas de se ver e fazer as coisas permeiam todos os setores, entre as áreas das ciências econômicas e sociais não tem sido diferente. No início do século XXI vieram à tona diversas mudanças no mundo, desde colapsos em mercados financeiros até fenômenos naturais como chuvas e terremotos que forçam uma mudança de atitude por parte dos agentes econômicos. As discussões em torno do futuro da humanidade alcançaram os setores produtivos, que passaram a considerar aspectos antes descartados em suas estratégias corporativas.

A maximização do lucro é o objetivo de toda empresa, sendo fundamental a execução adequada da Contabilidade de Custos. Na maioria dos mercados percebe-se uma tendência à homogeneização de processos, produtos e métodos, propiciada fundamentalmente pela rapidez com que as informações são obtidas e aplicadas.

Assim, nesse ambiente cada vez mais competitivo, torna-se imprescindível o conhecimento da empresa em seus detalhes, conjugando ações internas e externas que foquem o ganho de produtividade e a redução nos custos.

Nesse sentido, faz-se necessária uma explanação das premissas básicas que fundamentam a Contabilidade de Custos, ramo da Contabilidade que busca produzir informações para tomada de decisões. A Contabilidade, sendo uma ciência que estuda o patrimônio das entidades, tem sua parcela de responsabilidade no que tange às novas formas de ver e entender seu ambiente.

No presente trabalho, discorre-se primeiramente sobre os fundamentos da Contabilidade de Custos, suas aplicações e objetivos, sendo reforçada sua indissociação da ciência contábil, visto que se trata de uma subdivisão necessária para maior especificidade da ciência contábil, porém sem constituir uma ciência individualizada. A Contabilidade possui diversas especialidades, sendo a Contabilidade de Custos uma dessas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Num contexto mais restrito, temos as instituições financeiras, que no Brasil merecem destaque especial por seus resultados expressivos, alcançados graças a um sistema eficiente de gestão de resultados (endógenos) aliados ao ambiente financeiro do País e do mundo, pelos ingressos significativos de recursos do exterior na economia nacional (exógenos). Nesse setor, radicalmente afetado pelas mudanças advindas da estabilização da economia a partir do Plano Real (1994), notou-se forte posicionamento de gestão de resultados, devido à perda de receitas financeiras com o fim da inflação.

Como na dificuldade pode-se encontrar uma oportunidade, as instituições financeiras no Brasil perceberam o potencial de bancarização da população e as receitas a serem geradas nesse movimento. Porém o grande desafio no início do século XXI voltou-se para a redução de custos. Entre os custos principais das instituições financeiras, alguns não são controláveis, tais como o custo de captação básico (taxa Selic, CDI) e depósito compulsório. Assim, a atenção centra-se naqueles que podem ser controláveis, tais como despesas de pessoal, tecnologia e infraestrutura.

Ao apresentarem-se as premissas que norteiam a Contabilidade de Custos, é possível relacioná-la com os fatos contemporâneos que forçaram a mudança de patamar nas empresas assim entendido o novo desafio de maximização de lucros e redução dos custos frente à tendência de homogeneização dos processos e sistemas.

Alguns fatos são definidos como fundamentais nessa nova visão de mercado e seus efeitos podem ser relacionados ao mercado bancário brasileiro. Existem diversos exemplos e dados que subsidiam o entendimento da necessidade de redução de custos nas instituições financeiras, obtida por gestão eficiente de resultados aliada ao controle efetivo de custos.

Assim, chega-se a uma valorização da eficiência na gestão dos resultados que é observado no mercado bancário como um todo, tendo a Contabilidade de Custos Gerencial sua aplicação e utilização amplamente difundida entre os principais agentes econômicos. Com a demonstração didática de alguns números obtidos junto a Bancos

oficiais percebe-se como a gestão eficiente de custos proporcionou aos Bancos lucratividade exorbitante, sendo foco de atenção por todo o mundo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a gestão dos custos na atividade bancária como diferencial competitivo e exemplificar através dos dados coletados nos últimos anos (a partir de 2000). Enfoque principalmente no fator desenvolvimento tecnológico como o propulsor de maior controle de custos e maior lucratividade, especialmente no mercado financeiro brasileiro frente às mudanças após o Plano Real.

1.2.2 Objetivos Específicos

Identificar os fundamentos contábeis que irão servir de base de entendimento da teoria dos Custos Contábeis. Explanar quais as principais definições de Custos Contábeis e sua importância para as entidades. Relacionar a gestão de custos com a lucratividade observada no setor bancário lucratividade obtida não somente pelo *spread* do sistema financeiro, mas também pela gestão eficiente dos recursos humanos e tecnológicos. Fornecer dados sobre o desempenho das instituições financeiras no Brasil na última década. Entender o desenvolvimento tecnológico do setor e sua relação com lucratividade.

Desenvolver uma linha de raciocínio que explique como os bancos conseguiram, mesmo após a extinção dos exorbitantes ganhos inflacionários “pré-Real”, manter lucratividade consistente e, principalmente, crescente. Observar, complementarmente, a homogeneização do setor bancário com a concentração da lucratividade e *market-share* em somente alguns participantes (oligopolização).

1.3 JUSTIFICATIVA

A análise dos custos é de extrema importância em qualquer empresa. Sua função gerencial se faz necessária para que os objetivos sejam atingidos. Assim, uma análise teórica é de suma importância para o entendimento da relação entre gestão de custos e lucratividade, especialmente dentro do setor bancário. O desenvolvimento tecnológico no ambiente bancário nas últimas cinco décadas é exemplar no mundo corporativo e de extrema relevância no entendimento do assunto abordado.

A lucratividade crescente dos bancos e o seu extraordinário desenvolvimento tecnológico são fatores que demandam uma análise peculiar e são de grande relevância no contexto financeiro e econômico brasileiro.

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho de pesquisa foi realizado com delineamento prévio do enfoque em relação ao mercado bancário brasileiro e seus resultados econômicos recentes. Procurou-se evidenciar a relação entre modernização tecnológica aliada ao “enxugamento” de custos, especialmente de pessoal e imobilizado, frente aos lucros significativos obtidos. A pesquisa se concentrou em matérias divulgadas na mídia, em anuários e informativos oficiais dos órgãos bancários e das próprias instituições. Como complemento utilizou-se material do Banco Central do Brasil e eventuais artigos e/ou monografias de estudiosos da área. Basicamente o material foi obtido de forma eletrônica, em ambiente *web*. Para a etapa de fundamentação teórica de Contabilidade e Custos, livros de professores renomados foram utilizados, de forma a preservar a característica científica da pesquisa efetuada. Por tratar-se de tema extenso, uma compilação foi necessária, de forma que fosse mantido o foco previamente estabelecido. De uma maneira geral, tratou-se de pesquisa bibliográfica com alguns dos principais autores das matérias abordadas, inclusive de agentes atuantes no mercado financeiro.

2 CONTABILIDADE

A Contabilidade, em sua essência, tem como objetivo o estudo do Patrimônio. Desde os primórdios sua utilização, ainda que não em “empresas” como assim definimos hoje em dia, mas em aspectos rotineiros da sociedade, tem como meta fornecer informações a respeito do Patrimônio estudado. Como define o Conselho Federal de Contabilidade:

[...] Na Contabilidade, o objeto é sempre o Patrimônio de uma Entidade, definido com um conjunto de bens, direitos e obrigações para informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independente de sua finalidade [...] a Contabilidade o estuda nos seus aspectos quantitativos e qualitativos [...] (Resolução CFC 774/94. item 1.2).

Até antes da Revolução Industrial, predominava o comércio, afinal a fabricação de produtos se restringia aos artesãos, que produziam em pequena quantidade. Todo o material utilizado na pequena produção de então era facilmente mensurável pelo valor de compra. Entretanto o aparecimento das indústrias dificultou o processo de mensuração de estoque das recém-criadas linhas de produção, pois ao contrário dos artesãos e pequenos produtores não havia compras simples, mas sim fatores de produção que geravam gastos que, por lógica, deveriam compor o custo final do produto. Dentre os novos itens provenientes desse fato pode-se citar salários e comissões de vendedores, depreciações, mão de obra na produção, etc. Esses novos gastos teriam que se somar ao preço final do produto, daí o surgimento da Contabilidade de Custos (MARTINS, 2003, p. 20).

A Contabilidade de Custos, segundo LEONE é assim definida:

É uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebe (ou obtêm) dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais (2000, p.21).

Essa função de produção de dados para utilização gerencial, enfatizada na sociedade a partir dos anos 70, transformou a Contabilidade de Custos em algo mais abrangente. A Tecnologia da Informação permitiu processamento simultâneo de diversas

informações, transformando a Contabilidade em uma “arma de controle e decisões gerenciais (MARTINS, 2003, p.22)”.

2.1 PANORAMA HISTÓRICO

A Contabilidade existe desde os primórdios da humanidade e seu aparecimento veio da necessidade social de proteção à propriedade e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos. O estabelecimento de um habitat fixo propiciou a agricultura e o pastoreio e com isso o senso de propriedade surgiu e definiu o sentido de riqueza individual. Essa percepção de riqueza insuflou o desenvolvimento de mecanismos de avaliação e controle patrimonial. A origem da Contabilidade está ligada ao comércio, uma vez que o volume de informações muitas vezes não era passível de memorização por parte dos proprietários da riqueza. Relatórios e registros rudimentares eram feitos como forma de controle patrimonial (SA, 2004).

O surgimento da Contabilidade conta ainda com relatos de um livro denominado “Arthasastra” proveniente do norte da Índia e datado de aproximadamente 325 a 187 a.C. Sobre esta obra, SÁ discorre:

O trabalho não é específico sobre Contabilidade pois abrange muitos aspectos do conhecimento aplicado, dentre os quais estão economia, política, administração, costumes, ética, direito, etc., mas, preocupa-se em teorizar sobre muitos fenômenos patrimoniais [...] No *Arthasastra*, segundo estudiosos da matéria e de acordo com um trabalho do mestre Richard Matessich, existem objetivas matérias sobre os aspectos teóricos contábeis, abrangendo definições e classificações de lucros, custos, receitas e capital. Assim, por exemplo, **Kautilya**, teorizando, buscando conceitos e definições, preocupa-se em distinguir o «movimento operacional» ou «ordinário» na vida empresarial, daquele movimento que é «extraordinário ou eventual» [...] Nessa objetivação teórica, define como eventual, o lucro derivado de alguns tipos específicos de operações. Nos tipos específicos, classifica como extraordinários, os lucros que provem de: 1) venda de mercadoria por preço maior que o usual, 2) de algo já obsoleto ou, 3) de vantagem que se levou no peso da mercadoria (não existia um padrão como hoje e oferecido pelo sistema decimal e métrico). Estabelece, igualmente, diferença entre o ágio, como fator eventual e o aumento de preço em razão de variação de mercado (2004, grifos do autor).

Além desses registros na Índia antiga, os sumérios, criadores do sistema de numeração hoje utilizado, tem posição de destaque nas origens da Contabilidade e

sua influência pode ter sido fonte da criação da obra indiana (SÁ, 2004).

Seguindo os passos da evolução contábil, temos as características do cenário social e econômico geradores da Contabilidade atual definido como **cenário primitivo** por IUDICIBUS, MARTINS e GELBCKE:

- desenvolvimento embrionário das entidades comerciais e industriais, como hoje as conhecemos;
- duração usualmente limitada dos empreendimentos, apesar de alguns exemplos de empresas
- com longos anos de existência;
- o proprietário, como figura central da ação empresarial, em vez da entidade e da gerencia;
- relativa estabilidade de preços em mercados perfeitamente delimitados;
- lentas mudanças na tecnologia, na qualidade e nas características operacionais dos produtos. (2000, p. 44).

Esse cenário, surgido com o mercantilismo, gerou a Contabilidade moderna e, na obra do frei Luca Pacioli – Suma de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade, se estabeleceu definitivamente através da disseminação do método das partidas dobradas.

Luca Pacioli nasceu no vilarejo em seu tempo denominado “Borgo di San Sepolcro”, hoje apenas “Sansepolcro”, província da cidade de Arezzo, na região da Toscana, na Itália, acredita-se, por volta de 1445 posto que se tem duvida sobre a data exata. Teria, pois, 49 anos, quando se a editou em Veneza a sua “Suma de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade” (na qual esta inserido o Tratado de Computo e Escrituração). [...] O tempo que decorreu entre a conclusão da volumosa obra e sua edição, de aproximadamente sete anos, não e de admirar-se, considerando-se as condições da época e a preferencia que os editores tinham por livros de melhor aceitação no mercado (Bíblia, obras do latim clássico, etc...) (SA, 2004)

A partir de Luca Pacioli iniciou a fase moderna da Contabilidade, onde o cenário primitivo perdeu suas características, gerando um **cenário modificado**, onde novos padrões são visualizados:

- grande desenvolvimento de entidades, em porte, influencia geográfica e variedade;
- duração usualmente muito longa dos empreendimentos, apesar de alguns exemplos de empresas com poucos anos de existência;

- a entidade em si, como figura central da ação empresarial, em vez do proprietário;
- relativa instabilidade de preços em mercados cada vez mais ampliados;
- rápidas e, as vezes, velocíssimas mudanças na tecnologia, na qualidade e nas características operacionais dos produtos (IUDICIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2000, p. 45).

2.2 A CONTABILIDADE NO BRASIL

A Contabilidade no Brasil se desenvolveu a partir da vinda da Família Real Portuguesa e o conseqüente incremento da atividade colonial. Um novo sistema fiscal foi estabelecido e criou-se o Tesouro Nacional e Público e o nosso Banco do Brasil (1808). As Tesourarias da Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, cuja função era arrecadar, distribuir e administrar as finanças e os tributos (www.portaldacontabilidade.com.br, 2011).

A partir desse fato, o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil seguiu seu curso e, nos dias atuais, um cenário específico é contemplado pela Contabilidade.

Em nosso cenário são em grande parte existentes as mesmas paisagens vistas nos demais países ocidentais mais avançados, com exceção da relativa instabilidade nos preços, que se torna grande variação ascensional de preços relativos, onde a procura por bens e serviços é maior do que a oferta ou em que a procura não é dimensionada por adequada capacidade de pagar, proliferando a extensão do crédito, nas mais variadas formas, colocando cada vez mais meios de pagamento em circulação para a mesma quantidade de bens e serviços, recrudescendo o movimento ascensional de preços (IUDICIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2000, p. 45).

2.3 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Dada a conceituação acerca da Contabilidade e seu panorama histórico, cabe evidenciar seus objetivos.

O **objetivo principal da Contabilidade** [...] é o de permitir, a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num

sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras (IUDICIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2000, p. 43).

O Conselho Federal de Contabilidade assim define o objetivo da Contabilidade:

O objetivo específico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do Patrimônio e na apresentação e análise das causas das suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma Entidade particularizada busca prover os usuários com informações sobre os aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob formas de relatórios, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios (Resolução CFC 774/94, art. 1º, item 1.4).

2.4 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade, assim entendida como uma ciência que estuda o Patrimônio das Entidades, possui uma subdivisão que é objeto do presente estudo: a Contabilidade de Custos.

Contabilidade de Custos é a parte da ciência contábil que se dedica ao estudo racional dos gastos feitos para se obter um bem de venda ou de consumo, quer seja um produto, uma mercadoria ou um serviço. [...] Contabilidade de Custos é o ramo da função financeira que acumula, organiza, analisa e interpreta os custos dos produtos, dos inventários, dos serviços, dos componentes da organização, dos planos operacionais e das atividades de distribuição para determinar o lucro, para controlar as operações e para auxiliar o administrador no processo de tomada de decisão. (MARTINS, 2003, p. 23).

De uma forma geral, há grande divergência quanto aos termos utilizados na Contabilidade de Custos. Entre diversos autores, podemos encontrar o mesmo significado para palavras diferentes, ou mais de um significado para a mesma palavra. Grandes equívocos podem ser factíveis se não houver o correto entendimento do termo utilizados.

Porém, em qualquer área do conhecimento, a terminologia a ser adotada é sempre passível de controvérsias. Nesse estudo serão utilizados os termos conforme MARTINS:

- Gasto – compra de um produto ou serviço qualquer [...] conceito extremamente amplo e que se aplica a todos os bens e serviços adquiridos [...] Só existe gasto no ato da passagem para a propriedade da empresa do bem ou do serviço [...];
- Desembolso – pagamento resultante da aquisição do bem ou do serviço;
- Investimento – gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s);
- Custo – gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços;
- Despesa – bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas;
- Perda – bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária (2003, p. 24 a 26).

2.4.1 Custos definidos em Relação ao Comportamento – Fixos e Variáveis

A classificação dos custos entre fixos e variáveis “leva em consideração a unidade de tempo, o valor total dos custos com um item nessa unidade de tempo e o volume da atividade” (MARTINS, 2003, p. 50).

Os termos fixo e variável são geralmente usados para descrever como um custo reage as mudanças na atividade. Um custo variável é um custo que é proporcional ao nível de atividade (o custo total aumenta à medida que a atividade aumenta) e um custo fixo é constante no total, na faixa de volume relevante da atividade esperada que está sendo considerada (BIERMAN E DYCKMAN *apud* LEONE, 2000, p. 73).

Na atividade bancária são classificados como custos fixos os alugueis, depreciação, a infraestrutura de tecnologia responsável pela transmissão e armazenamentos dos dados informatizados, etc. Os custos variáveis correspondem aos recursos humanos, custos de captação dos recursos, etc.

2.5 CONTABILIDADE BANCÁRIA

Dada a complexidade e importância da Contabilidade Bancária, esta se estabelece como um ramo à parte dentro da Contabilidade como ciência. As

particularidades das operações e sistemas bancários promovem uma necessidade de entendimento específico sobre suas atividades.

O produto principal da atividade bancária é a captação e o empréstimo de recursos financeiros, tendo sua lucratividade básica obtida da diferença entre esses dois elementos (chamado de *spread*). Porém não se trata de simples operação matemática, mas sim de contabilização intrincada onde são computados todos os custos envolvidos nessas operações, incluindo a infraestrutura física e tecnológica, os recursos humanos, os custos financeiros, além de sua relação com a prestação de serviços e demais empresas ligadas as instituições

Os bancos não oferecem produtos tangíveis, não apresentam unidades homogêneas de seus serviços e quase todas as suas receitas não tem nenhuma relação com a quantidade. Dessa forma, tanto a apuração dos custos bancários quanto a gestão dos resultados da atividade bancária são complexas, sendo necessários instrumentos que auxiliem no entendimento das transações realizadas. (HASTINGS, 2006, p. 12)

O presente estudo não procura evidenciar os detalhes da Contabilidade Bancária, mas somente definir como os Custos Bancários foram determinantes para a lucratividade crescente observada a partir do ano 2000.

3 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Define-se Sistema Financeiro como “o conjunto de instituições que são responsáveis pela intermediação do fluxo monetário entre os que poupam e os que investem” (FILGUEIRAS, 2008, p. 1). Para que o sistema funcione, existem intermediários que captam os recursos dos poupadores e aplicam aos investidores com uma remuneração denominada *spread*. Os agentes que fazem essa intermediação são as Instituições Financeiras (Banco Comerciais, Bancos De Investimento E Corretoras De Valores e Câmbio).

Para uma normatização e controle desse sistema financeiro existe um órgão denominado Banco Central. Sua função é regular o Sistema Financeiro, especialmente no que tange à possibilidade de criação de moeda que as Instituições Financeiras possuem. Para que sua atuação seja efetiva, o Banco Central necessita estar revestido de algumas atribuições específicas:

- a) Banco do Bancos – que e o prestador de ultima instancia das instituições que compõe o sistema financeiro;
- b) Único Banco Emissor – o Banco Central ou órgão que exerce o papel de autoridade monetária deve ter o monopólio da emissão de moeda;
- c) Banqueiro do Governo – o Banco Central deve ser o centralizados do caixa do Governo.(FILGUEIRAS, 2008, p. 3).

No Brasil, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) teve início em 1808, com a criação do Banco do Brasil (BB), que realizava as funções de Banco Central e de banco comercial. Dessa data até 1906 observou-se uma série de mudanças no SFN, desde a dissolução do BB em virtude do desencaixe entre gastos do Governo e volume de arrecadação fiscal até a criação do novo Banco do Brasil, a partir de iniciativa do Barão de Mauá, onde o Banco Comercial do Rio de Janeiro foi fusionado gerando o novo Banco do Brasil em 1906.

Nos anos seguintes observou-se uma sustentação dos bancos criados, em especial com a criação da Inspeção Geral dos Bancos em 1920, subordinada ao Ministério da Fazenda. Em 1945 o Brasil já contava com 2074 instituições financeiras e o

Banco do Brasil atuava de forma dupla: tanto como banco comercial como Banco Central. Essa característica levou por diversas vezes a tentativas de se estabelecer um Banco Central independente do BB. Fato concretizado pela Lei 4595/64, que criou o Banco Central do Brasil (BC), tendo o início de suas atividades em abril de 1965.

O Banco Central do Brasil [...] tem missão de assegurar a estabilidade e o poder de compra da moeda nacional [...] A Lei 4595/64 também atribuiu competência ao Banco Central do Brasil para conceder autorização de funcionamento das instituições financeiras, exercer a fiscalização sobre essas instituições e aplicar penalidades. (FILGUEIRAS, 2008, p. 7).

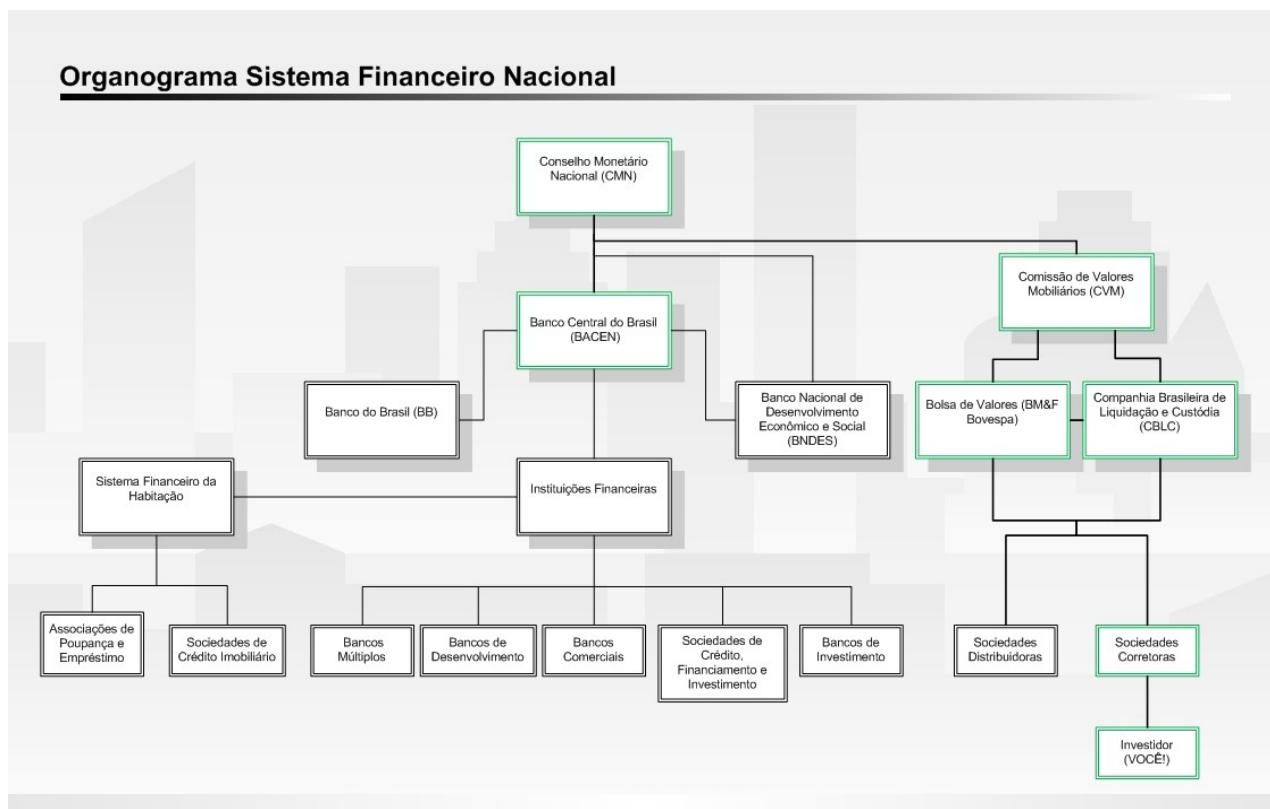
A resolução 1524/1988 criou os chamados Bancos Múltiplos, em contraponto ao até então vigente sistema de instituições financeiras especializadas, onde cada instituição somente poderia atuar em ramo específico (crédito de curto e curtíssimo prazos, crédito de médio e longo prazos, crédito ao consumidor, crédito habitacional, intermediação de títulos e valores mobiliários, arrendamento mercantil). Nesse sistema, as instituições financeiras poderiam operar quaisquer atividades do sistema financeiro, prática aliás que já estava sendo executada na prática cotidiana.

A partir da criação do plano Real (1994) e a publicação da resolução 2099/1994, que estabeleceu critérios de avaliação do capital social e patrimônio líquido a partir do Acordo de Basiléia, surgiram inúmeros novos fatores que desencadearam um processo de mudança de patamar no gerenciamento da contabilidade das instituições financeiras. Houve o fim da contabilização das despesas do Banco do Brasil como despesas do governo. O fim do ciclo inflacionário extinguiu os ganhos de *float* (*overnight*, p.ex.), permitiu à sociedade visualizar de forma mais clara os custos financeiros envolvidos em operações junto aos Bancos, a restrição ao crédito forçou a um maior controle dos custos bancários e a criação do PROER (Programa de Estimulo a Restauração e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e do FGC (Fundo Garantidor de Credito) forneceram maior segurança no sistema bancário.

Todos esses fatos desencadearam diversas consequências, desde a quebra de bancos (Econômico, Nacional, Bamerindus, p.ex.), cisões, fusões e incorporações visando garantir sustentabilidade no novo cenário econômico (Banestado → Itau, Banespa → Santander, p.ex.) e até mesmo bancos múltiplos voltando a condição de instituições especializadas, visto não conseguirem concorrer com os grandes *players* do mercado.

Atualmente o SFN possui a seguinte composição:

Figura 1 – Composição do SFN



Fonte: Banco Central do Brasil.

O SFN possui como órgão superior o Conselho Monetário Nacional (CMN). O CMN tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País.

Sua composição atual é:

- Ministro da Fazenda, como Presidente do Conselho;
- Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Presidente do Banco Central do Brasil.

3.1 PANORAMA DOS BANCOS DESDE O PLANO REAL (1994)

Com a estabilização da economia em 1994, assim entendida a partir do

início do Plano Real em 1994, diversas outras medidas contribuíram para que houvesse mudança significativa no mercado bancário brasileiro.

A abertura da economia para investimentos externos, aliada à crescente demanda por produtos e serviços pela sociedade, forneceu elementos de competitividade até então inexistentes. O consumidor brasileiro percebeu-se com maior renda e poder de compra, associado a um desenvolvimento extraordinário da tecnologia através do avanço da informática

Nesse contexto, a lucratividade dos Bancos não dependeria mais somente de “girar” os recursos financeiros, dentro de suas função básica de intermediador entre poupadores e tomadores, mas também em oferecer a seus clientes produtos e serviços especializados, buscando diferencial no atendimento das necessidades.

Num primeiro momento, o Plano Real gerou algumas quebras de bancos por exteriorização da fragilidade contábil de seus ativos, muitas vezes supervalorizados e que não suportaram os princípios do Acordo de Basiléia. Por outra lado, fomentou o ingresso de recursos externos oriundos de instituições financeiras extremamente hábeis na gestão de custos. Em 1998 a revista Exame publicou uma pesquisa onde divulgava que na época o custo operacional dos bancos brasileiros estava em 8,8% do total de seus ativos, muito abaixo dos 3,3% observado nos EUA e dos 2% na Suíça. Os bancos brasileiros, acostumados com *spread* muito acima do observado nesses países viram-se com desafio de redução de custos para manutenção da lucratividade.

O que se viu nos anos seguintes à crise cambial de 1999, pontuada principalmente pela quebra dos bancos Marka e FonteCindam e à publicação da resolução 2606/1999 e 2692/2000, onde obrigou os bancos manterem controle e divulgação de suas posições sujeitas a variação cambial, permitindo maior visualização do risco de liquidez das instituições, foi uma corrida por crescente lucratividade, obtida a partir de maior gama de soluções tecnológicas, redução de custos com pessoal e ativos fixos, ampliação da rede de atendimento e parcerias diversas, com empresas privadas e até mesmo entre os próprios concorrentes do mercado bancário.

3.1.1 Ampliação Da Rede De Atendimento

Segundo dados do Banco Central, percebe-se claramente como dentre as estratégias para maior lucratividade dos bancos, esteve presente a ampliação na rede de atendimento a população. Embora no período entre 2000 a 2010 perceba-se uma diminuição na quantidade de Bancos Múltiplos (queda de 163 em Dez/2000 para 137 em Dez/2010), fato esse ocasionado pelas diversas fusões e aquisições ocorridas, contrapõe-se a ampla distribuição de canais de atendimento ao público. No item quantidade de dependências em funcionamento o número saltou de 40.344 em 2000 para 77.538 em 2010, um aumento de 92,1%.

Tabela 1 – Pontos de Atendimento Bancário no Brasil

TIPO DE PONTO DE ATENDIMENTO	31/12/2000	31/12/2010
Agência	16.396	19.813
PAB – Posto de Atendimento Bancário	6.562	6.678
Em município com agência bancária	6.407	6.549
PAE - Posto de Atendimento Eletrônico-rede individual	12.681	35.361
PAE - Posto de Atendimento Eletrônico-rede associada	1.772	9.706
PCO - Posto de Compra de Ouro	69	63
PAC - Posto de Atendimento Cooperativo	1.129	3.159
UAD - Unidade Administrativa Desmembrada	451	751
PACRE - Posto Avançado de Crédito Rural	5	0
PAP - Posto de Arrecadação e Pagamentos	697	29
PAA - Posto Avançado de Atendimento	582	1.978
Total	40.344	77.538

Fonte: CADINF-DEORF/COPEC in: www.bcb.gov.br

Dentre os participantes do SFN, a distribuição de rede de agências no período de 2007 a 2010 saiu de 18.572 agências para as 19.813 indicadas no quadro anterior.

Tabela 2 – Pontos de Atendimento por Instituição

Classificação	CNPJ	Instituições	Tipo	2007 Dez	2008 Dez	2009 Dez	2010 Dez
1	00.000.000	Banco do Brasil	BM	4.079	4.388	4.951	5.087
2	60.701.190	Itaú	BM	2.575	2.699	3.562	3.739
3	60.746.948	Bradesco	BM	3.144	3.339	3.430	3.605
4	90.400.888	Santander	BM	1.081	1.096	2.292	2.392
5	00.360.305	Caixa Econômica Federal	CE	2.051	2.068	2.084	2.208
6	01.701.201	HSBC	BM	933	930	893	865
7	92.702.067	Banrisul	BM	417	425	432	435
8	07.237.373	Banco do Nordeste	BM	180	181	183	185
9	17.184.037	Mercantil do Brasil	BM	167	150	148	153
10	28.127.603	Banestes	BM	124	126	129	133
11	33.479.023	Citibank	BM	121	124	125	126
12	04.902.979	Basa	BC	104	104	104	109
13	58.160.789	Safrá	BM	114	112	98	99
14	00.000.208	BRB	BM	59	59	59	62
15	13.009.717	Banese	BM	61	61	61	61
16	17.351.180	Triângulo	BM	31	43	47	47
17	04.913.711	Banpará	BM	37	40	42	42
18	07.450.604	BIC	BM	29	31	31	33
19	62.232.889	Daycoval	BM	15	27	27	30
20	59.588.111	Votorantim	BM	11	17	20	27
Sub Total				15.333	16.020	18.718	19.438
Outras Instituições Bancárias				3.239	3.122	1.328	375
Total Geral				18.572	19.142	20.046	19.813

Fonte: CADINF-DEORF/COPEC in: www.bcb.gov.br.

Uma das formas de diminuição de custos que os bancos tem encontrado é com a expansão da rede de correspondentes, que são empresas que atuam basicamente na oferta de produtos e serviços de crédito e na execução de recebimento e pagamento de títulos, convênios e etc. Nesse item o SFN saltou de 54.075 pontos de atendimento com correspondentes bancários em 2000 para 223.156 em 2009, um aumento de 38,3%. Esse fato é alvo de grandes controvérsias, principalmente em relação ao funcionalismo bancário, pois os funcionários dos correspondentes não possuem classificação de bancário e não gozam dos mesmos direitos e benefícios.

3.2.2 Participação Dentro Do SFN

No período entre 2000 a 2010 percebeu-se uma clara predominância dos bancos privados na participação do Patrimônio Líquido do SFN. Isso se deve à entrada dos capitais externos através de bancos estrangeiros instalados no País (HSBC,

Santander, ABN, etc...) como também no grande poder competitivo dos grandes bancos privados nacionais (Itau-Unibanco, Bradesco, etc...). Alia-se a isso o fato de muitos bancos públicos terem sido privatizados no período, entre os quais podemos citar Banestado, Banerj, Banespa (adquiridos por bancos privados) e BESC, NossaCaixa, BEP (adquiridos pelo Banco do Brasil).

Doravante, a distribuição percentual ficou assim definida:

Tabela 3 – Participação por Segmento do Mercado Bancário

INSTITUIÇÃO DO SEGMENTO BANCÁRIO	em percentual	
	31/12/2000	31/12/2010
Bancos Públicos	5,66	1,81
Banco do Brasil	9,89	9,21
Caixa Econômica Federal	3,82	2,81
Bancos Privados Nacionais	50,33	64,37
Bancos com Controle Estrangeiro	28,31	19,40
Cooperativas de Crédito	1,99	2,40
Total	100,00	100,00

Fonte: CADINF-DEORF/COPEC in: www.bcb.gov.br.

Além da ampliação da participação dos Bancos Privados, podemos destacar o crescimento das cooperativas de crédito, que embora sejam regionalizadas e de pequena participação geral, tem desempenhado papel significativo nos setores em que atuam.

4 SISTEMA BANCÁRIO: DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS

Estabelecidas as variáveis que modificaram o panorama de atuação dos bancos no SFN, desenvolveu-se a chamada “mudança de patamar” na forma de atuação dessas instituições financeiras. Nesse novo contexto, a similaridade entre os diversos produtos e serviços oferecidos forçou uma maior gestão de recursos visando tornar mais atrativo e efetivo o canal de comunicação entre o banco e seu cliente.

A reordenação de processos, o incremento na utilização de operações via internet e canais automatizados, o ganho de escala na massificação de produtos, enfim, toda a atividade bancária se constituiu no desafio para manter a lucratividade frente a nova forma de ser banco. O caminho encontrado passava obrigatoriamente por grandes investimentos, especialmente em tecnologia e gestão de recursos humanos.

4.1 AUTOMAÇÃO BANCÁRIA

Embora a automação bancária tenha sido determinante a partir da estabilização da economia em 1994, sua origem remonta bem antes. Nos anos 60 os primeiros computadores foram instalados em bancos brasileiros, sendo o Bradesco o precursor em 1962. Não demorou para que todos os principais bancos da época acompanhassem o movimento e também instalassem suas primeiras *mainframes*. Inicialmente essas máquinas vieram para reduzir custos com serviços de apoio (*back office*), tendo encontrado grande resistência por parte dos funcionários da época, que viam nas máquinas ameaça premente sobre seus empregos.

Em 1974 o governo brasileiro anunciou medidas de incentivo à implantação de uma indústria tecnológica nacional, impondo barreiras à importação. Esse fato gerou atrasos no já crescente desenvolvimento computacional. As grandes empresas da época (Olivetti e IBM) não tinham os bancos como principais clientes, o que forçou um desenvolvimento autônomo das instituições financeiras nas suas necessidades. Os próprios bancos, a partir dos anos 70, foram os grandes desenvolvedores da informática no Brasil.

Esse papel investidor dos bancos, no final dos anos setenta, foi amplamente facilitado pelo ritmo acelerado de crescimento da inflação naquela época. Por um lado, a inflação induzia os clientes a demandar uma rede eletrônica que pudesse operar seus recursos depositados nos bancos de forma mais eficiente e rápida. Por outro, permitia que os bancos auferissem lucros em volumes suficientes para investirem pesadamente na rede de agências automatizadas. (DINIZ, 2004, p. 57).

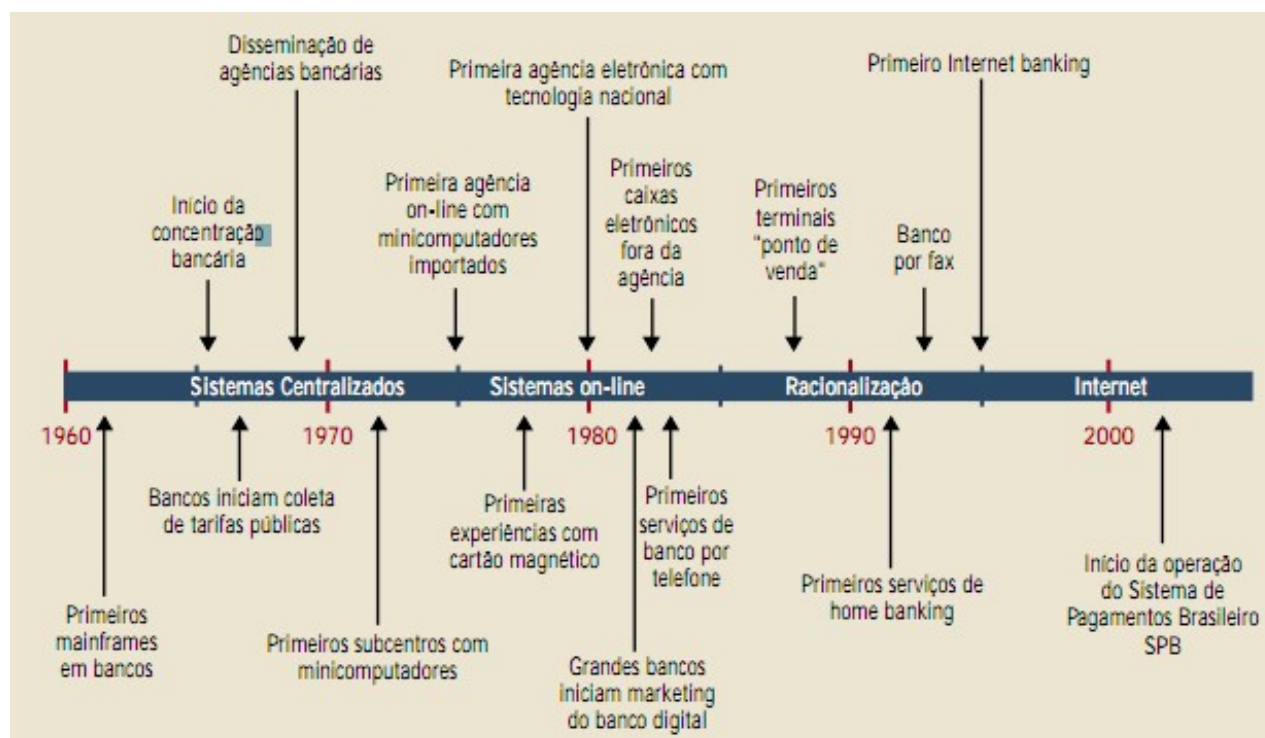
Com o rápido avanço da informática e maior poder de gestão dos dados e informações bancárias, os bancos passaram a estar mais “disponíveis” aos clientes, sendo criados novos conceitos.

A automação crescente das agências, acompanhada por uma maior integração aos sistemas centrais dos bancos, contribuiu para que o usuário do sistema bancário deixasse de ser apenas cliente de uma agência específica para tornar-se cliente do banco como um todo, o que impulsionou o conceito de banco eletrônico. Acreditava-se que, quanto mais automatizado fosse um banco, mais clientes ele conseguiria. Assim, a agilidade propiciada pela automação passou a ser valorizada como diferencial competitivo. Surgiram então slogans tais como “banco eletrônico” (Itau), “banco dia e noite” (Bradesco) e “banco 24 horas” (Unibanco). (DINIZ, 2004, p. 58).

Com o passar dos anos muitas mudanças estruturais ocorreram, inclusive com maior racionalização dos processos. Agências deficitárias fechadas, funcionários demitidos, ampliação das facilidades tecnológicas (cartão magnético, caixas eletrônicos, pagamento automático de contas, etc.) são alguns dos novos componentes do mercado bancário no período.

No fim da década de 90 uma revolução seria proporcionada pela popularização dos PC's e principalmente da internet. O conceito de *home banking* e *office banking* finalmente puderam ser aplicados, levando o Banco diretamente a vida particular e comercial de seus clientes. E nessa nova ótica, a do mundo virtual, aliada as mudanças econômicas e políticas, proporcionaram a busca incessante pela redução dos custos. Os bancos viram na tecnologia a grande fonte de solução para o problema da redução dos custos.

Figura 2 – Cronologia da Automação Bancária



DINIZ, 2004, p. 58

Os desafios futuros para os bancos consiste em reorganizar suas operações considerando as novas possibilidades da internet, especialmente nas novas demandas dos usuários. Podemos citar os serviços via celular e iPad como expoentes de uma nova forma de se trabalhar com banco, uma vez que existe uma tendência em se integrar as diversas redes virtuais existentes (celular/casa/carro).

Tabela 4 – Quadro evolutivo dos investimentos em TI

Especificação (em R\$ milhões)	2007	%	2008	%	2009	%
Hardware	2.181	13%	2.686	15%	2.646	14%
Telecomunicações	769	5%	628	3%	543	3%
Softwares de terceiros	2.267	14%	2.977	16%	1.477	8%
Software In House	330	2%	147	1%	75	0%
Infraestrutura	191	1%	7	0%	92	0%
Outras despesas	27	0%	4	0%	57	0%
Total Investimentos (Imobilizado)	5.766	35%	6.449	35%	4.891	25%
Evolução anual			2008 / 07	12%	2009 / 08	-24%
Hardware	2.505	15%	2.511	14%	2.540	13%
Telecomunicações	2.484	15%	2.490	14%	3.593	19%
Softwares de terceiros	1.680		2.159	12%	2.099	11%
Software In House	1.944	12%	2.180	12%	1.778	9%
Infraestrutura	1.586	10%	1.833	10%	2.660	14%
Outras despesas	585	4%	731	4%	1.841	9%
Total Despesas Correntes	10.784	65%	11.905	65%	14.511	75%
Evolução anual das Despesas Correntes			2008 / 07	10%	2009 / 07	22%
Total Despesas em TI (Imobilizado + despesas correntes)	16.549	100%	18.355	100%	19.402	100%
Evolução anual			2008 / 07	11%	2009 / 08	6%

Fonte: FEBRABAN, 2010.

4.2 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Segundo Catteli “eficiência e o processo pelo qual a organização maximiza seus fins com uso mínimo de recursos. [...] Uma empresa eficiente é aquela que consegue o seu volume de produção com o menor dispêndio de recursos” (2001, p. 23). Segundo o autor citado, a utilização eficiente dos recursos é fundamental não somente para a empresa em si, mas para a sociedade como um todo, haja vista que os recursos são escassos, e devem ser utilizados em menor quantidade possível.

A eficiência operacional abrange o estudo de tudo o que envolve uma diminuição nos custos em proporção maior que a entrada de recursos. Isso se deve ao fato que redução de custos nem sempre é sinônimo de eficiência operacional, pois um corte de pessoal diminui custos, porem pode significar redução de receitas.

Na atividade bancária, a eficiência operacional é medida pela equação

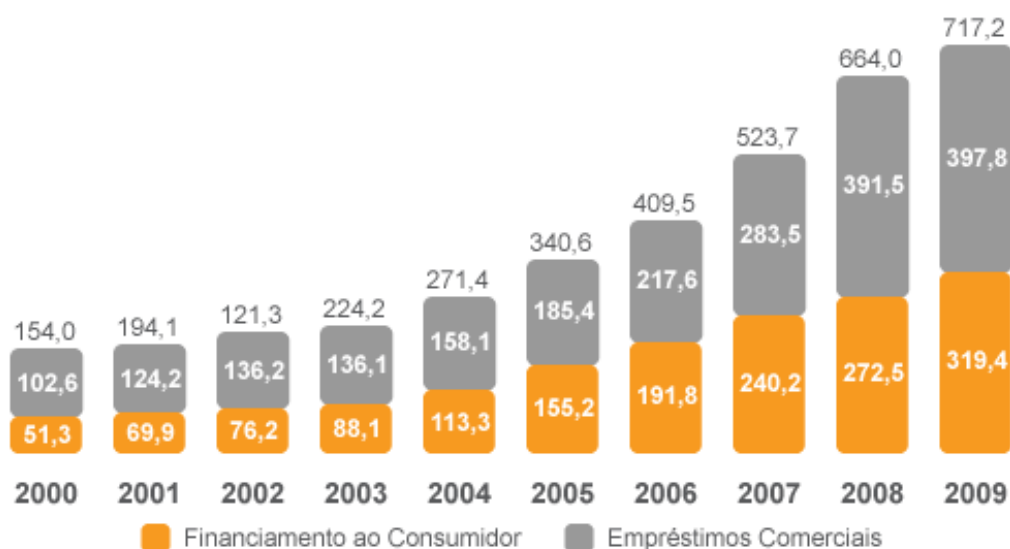
que relaciona despesas operacionais com as receitas de intermediação financeira, conforme ASSAF NETO, 2002:

$$IE \text{ Operacional} = \frac{\text{Despesas Operacionais}}{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}$$

Analisando-se a equação acima, é possível inferir que uma maior IEO (Índice de Eficiência Operacional) é possível mediante diminuição de Despesas Operacionais em relação as Receitas de Intermediação Financeira.

No mercado atual, é observado grande evolução do Crédito em circulação, que se constitui em um dos principais itens que geram receitas aos bancos. Isso analisando que o volume de crédito aplicado no Brasil, numa relação direta com o PIB é inferior a países desenvolvidos e até mesmo em desenvolvimento. O crédito livre no Brasil teve o seguinte desempenho entre 2000 e 2009:

Figura 3 – Evolução do Crédito em Circulação
Evolução do Crédito em Circulação



	Financiamento ao Consumidor	Empréstimos Comerciais	Total
2000-2009 CAGR**	22,5%	16,2%	18,6%

Fonte: Banco Central do Brasil

* Inclui cheque especial, empréstimos pessoais, financiamento imobiliário, financiamento de aquisições, cartões de crédito e outros

** CAGR (Compound Annual Growth Rate) = Taxa Composta de Crescimento Anual

A evolução do crédito é apenas um das centenas de itens que compõem o arcabouço de receitas dos bancos. Trata-se apenas de exemplificação do potencial de negócios advindos a partir do ano 2000.

Em seu trabalho sobre eficiência operacional, CERETTA e NIEDERAUER, analisaram 144 conglomerados financeiros no Brasil, de forma a avaliar o grau de eficiência operacional e de rentabilidade.

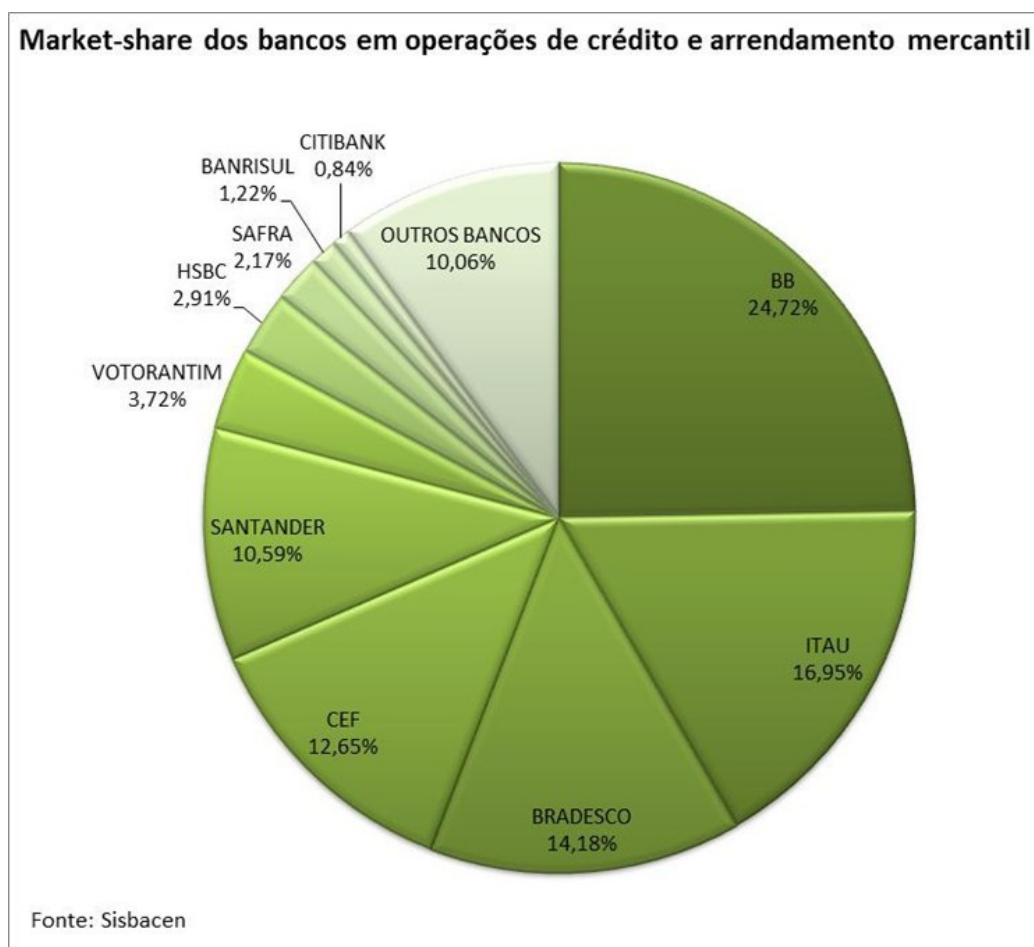
O modelo de eficiência operacional tem por objetivo investigar o desempenho relativo a combinação de recursos (capital próprio e de terceiros) para a obtenção de participação de mercado (receita total). O modelo de rentabilidade investiga o desempenho dos conglomerados referente a sua capacidade de remuneração do capital dos seus proprietários (CERETTA e NIEDERAUER, 2011).

No trabalho ficou evidenciado que os grandes conglomerados são muito mais eficientes operacionalmente em relação aos de médio e pequeno porte. Isso se deve à pulverização das operações e atividades, além do ganho de escala pela ampla rede de atendimento.

Conclui-se, assim, que “conglomerados de grande porte são os de melhor desempenho, com a maioria de seus representantes operando nos quadrantes aceitáveis da matriz BCG. Por outro lado, a categoria de pequeno porte apresentou a maioria de seus conglomerados operando no quadrante indesejável de baixa rentabilidade e baixa eficiência operacional. Essas constatações parecem refletir o que vem ocorrendo neste setor, com a falência de pequenas e médias instituições bancárias e mesmo a compra ou fusão entre bancos nacionais e estrangeiros. Como já ocorreu em outros setores, o mercado caminha para um número menor de instituições bancárias, mas de grande porte.” (CERETTA e NIEDERAUER, 2011).

Se considerarmos apenas o mercado de crédito no ambiente bancário brasileiro, temos uma concentração de 79% do mercado em apenas cinco bancos: Banco do Brasil, Itaú-Unibanco, Bradesco e CEF. Como o poder de barganha dos clientes é menor diante dos grandes bancos, as margens de lucro (*spread*) pode ser significativamente maior. Segue abaixo um gráfico com o *market-share* dos bancos no Brasil:

Figura 4 – Market-share do crédito bancário no Brasil



Fonte: Febraban, 04/2011

4.3 COBERTURA DE DESPESAS DE PESSOAL E ADMINISTRATIVAS

Na análise de sua planilha de custos, as instituições financeiras no Brasil passaram a dar mais ênfase na necessidade de cobrir custos com pessoal e despesas administrativas somente com a receita de prestação de serviços (RPS). Isso significa que o ideal dos Bancos passou a ser utilizar as tarifas bancárias como fonte de pagamento de seus custos fixos.

Inicialmente de difícil atingimento, esse objetivo passou a ser condição *sine qua non* no resultados dos Bancos. Como exemplo temos o Banco do Brasil, que em 2008 alcançou 135,2% na relação RPS/Despesas de Pessoal e de 73,7% na relação

RPS/Despesas Administrativas. Em 1999 esses percentuais eram de 55,6% na relação RPS/Despesas de Pessoal e de cerca de apenas 2% na relação RPS/Despesas Administrativas (fonte: www.bb.com.br/ri. Acesso em 01/05/2011.)

4.4 LUCRATIVIDADE BANCÁRIA NO BRASIL

Em meio as diversas pressões internas e externas, aliadas com o desenvolvimento natural da sociedade, em especial a informatização, os bancos brasileiros tiveram desempenhos crescentes a partir do ano 2000. As ameaças verificadas desde o Plano Real, que seriam potenciais adversárias da lucratividade bancária, foram dominadas. Essa afirmação é validada quando se analisa o desempenho dos bancos no período

Em 2002, os lucros dos principais bancos brasileiros não superavam a marca dos R\$ 3 bilhões

Tabela 5 – Maiores Lucros Bancários em 2002

Banco	Lucro (em milhões de R\$)
Banespa	2.818,1
Santander	2.672,4
Itaú	2.214,8
Banco do Brasil	2.027,7
Bradesco	2.022,6
Citibank	1.313,3
CEF	1.081,1
Unibanco	1.010,4
ABN Amro Real	840,0
BankBoston	829,5
Boavista InterAtlântico	467,5
Safra	464,6
Banerj	454,9
BBA Creditanstalt	400,3
J.P. Morgan	391,9

Fonte: Febraban, 2011

Em 2010 o alvo foi o montante de R\$ 10 bilhões, obtidos primordialmente pela eficiência operacional, gerando rentabilidade relevante.

Tabela 6 – Maiores Lucros Bancários

Banco	Lucro (em milhões de R\$)
Itaú/Unibanco	13.300
Banco do Brasil	11.700
Bradesco	10.022
Santander	7.382
Caixa	3.800
HSBC	1.082
Safrá	1.048
Banrisul	741
BMG	605
BicBanco	348
Mercantil do Brasil	135
Paraná Banco	117

Fonte: Febraban, 2011

5. CONCLUSÕES

O desenvolvimento desse trabalho procurou evidenciar os fundamentos contábeis e sua relação com o mercado bancário. O entendimento básicos dos conceitos contábeis, histórico da Contabilidade e mais especificamente a Contabilidade de Custos, permitiu inferir reflexões acerca do objeto principal de pesquisa: o patrimônio bancário.

Num contexto mais restrito buscou-se entender o panorama histórico bancário no Brasil, especialmente a partir da implantação do Plano Real e estabilização da economia. Com essas premissas o entendimento dos motivos que levaram os bancos a mudarem suas percepções de mercado e conseqüentemente suas ações é favorecido por dados e estatísticas que demonstram o direcionamento no sentido de diminuição dos custos. Ficou explanado no decorrer da pesquisa que houve uma “mudança de patamar” na administração e gestão dos bancos brasileiros, em especial naqueles que dominam atualmente o mercado.

Trata-se de pesquisa referencial e sem propósito de esgotar ou mesmo se aprofundar no tema. Tão somente procurou-se fornecer elementos que explicassem ou até mesmo justificassem a crescente lucratividade bancária observada a partir do ano 2000. Também foi possível relacionar essa lucratividade crescente e consistente com o investimento em tecnologia e expansão da rede de atendimento.

Faz-se necessária maior integração entre diversas áreas da Economia, Administração e Marketing para que se obtenha um trabalho completo. O objetivo do trabalho, enfim, foi fornecer de forma prática e objetiva a fixação de conteúdos da área de Contabilidade, Administração e Economia relacionados com o curso de MBA – Gestão de Negócios Financeiros da UFRGS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Mercado Financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. BANCO DO BRASIL S.A.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CERETTA, Paulo Sérgio; NIEDERAUER, Carlos A. P. **Rentabilidade e Eficiência no Setor Bancário Brasileiro**. Curitiba: disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552001000300002&script=sci_arttext>. Acesso em 23/04/2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em <www.cfc.org.br>. Acesso em 01/05/2011.

DINIZ, Eduardo H. **Cinco Décadas de Automação** in: Revista de Administração e Economia, vol. 3, no 3. São Paulo: FGV-EASP, 2004.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. **O Setor Bancário em Números**. Disponível em <www.febraban.org.br>. Acesso em 01/05/2011.

FILGUEIRAS, Cláudio **Manual de Contabilidade Bancária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HASTINGS, David F. **Banking: gestão de ativos, passivos e resultados em instituições financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LABEFIN – Laboratório de Economia e Finanças. **Boletim Setorial – Setor Bancário – Abril 2011. Universidade Positivo**. Disponível em: <<http://labefin.up.com.br/arquivos/labefin/Boletim%20Setorial/Boletim%20Setorial%20-%20Bancos%202011.pdf>>. Acesso em 22/10/2011.

MATTOS, Adriana. **Banco do Brasil vai investir valor recorde de R\$ 420 milhões**. Valor Econômico, 10 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impreso/banco-do-brasil/1971/366443/banco-do-brasil-vai-investir-valor-recorde-de-r-420-milhoes>>. Acesso em: 16/3/2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi e GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2005.

PYHRR, Peter A. **Orçamento base zero: um instrumento administrativo prático para avaliação das despesas**. Rio: Interciência, 1981.

SAUNDERS, Anthony. **Administração de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.